

Plano da Prefeitura para 83

por Antônio Gouveia Jr.
de São Paulo

O secretário das Finanças do município de São Paulo, Pedro Cipollari, previu a simples rolagem da dívida da prefeitura, em 1983, sem resgates e sem novas emissões. Ouvido, ontem, por este jornal, sobre o crescimento da dívida interna da capital — de Cr\$ 15,6 bilhões em dezembro de 1981 para Cr\$ 29 bilhões até 30 de setembro último —, ele reconheceu que o endividamento municipal cresceu acima da sua simples correção. O aumento foi de 86%, enquanto a correção monetária atingia 62%.

"Mas ocorre que a nossa emissão de títulos públicos era muito baixa", disse Cipollari, "porque a dívida do município ficou muito tempo estagnada, e o seu valor era irrisório, insignificante." Ele informa, no entanto, que o orçamento municipal, que tramita na Câmara, não prevê aumento das emissões em 1983 "e o que vamos fazer no próximo ano", antecipa, "é rolar todos os títulos que venceram". Com isso, a dívida do município, no próximo ano, pelos planos da atual administração, permanecerá nas mesmas bases deste ano, acrescida apenas a sua correção.

Pedro Cipollari não sabe informar, porém, quanto da atual dívida vencerá em 1983. Ontem foi ponto facultativo (Dia do Funcionário Público) e, ouvido em sua residência, o secretário disse não ter em mãos os dados de vencimento. Ele explicou que o processo de "ro-

lamento" da dívida pressupõe a emissão de novos títulos para cobertura dos que vencerem durante o ano e garantiu que, afora essas emissões para resgate, "não faremos novas em 1983".

PERFIL

Cipollari adiantou que, "a partir de agosto último, por ordem do prefeito, os nossos títulos têm sido observados pela Distribuidora de Valores do Estado de São Paulo (Divesp)". Antes dessa data, segundo ele, dos leilões participavam vários bancos e entidades ligadas a bancos. afirmou, também, que as Obrigações Municipais têm boa colocação no mercado, porque "oferecemos uma taxa mais favorável, que tem sido de 7% para títulos de três anos e de 6% para os de dois anos". Por crer na qualidade dos títulos municipais — "que colocamos sem dificuldade no mercado, com deságio menor que outros títulos públicos", diz —, é que Cipollari afirma que a rolagem da dívida e sua manutenção, em 1983, "são perfeitamente viáveis" e não criarão problemas para a administração que se instalar no próximo ano.

APLICAÇÃO

O secretário das Finanças esclarece, por fim, que os recursos levantados com a dívida pública municipal não têm sido aplicados com o pagamento de despesas de custeio ou, mais especificamente, para cobrir os salários do funcionalismo. "O nosso orçamento tem receitas tributárias suficientes para o custeio", afirma.